

Município de Carmo do Paranaíba - MG

Pç. Misael Luiz de Carvalho – 84 ☎ (34) 3851-9812

E-mail: compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TERMO: Decisório

FEITO: Recurso Administrativo

REFERÊNCIA: Processo Licitatório nº 021/2019 Pregão Presencial nº 008/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviço de limpeza pública urbana no Município de Carmo do Paranaíba -MG, compreendendo os serviços de coleta diária e transporte dos (resíduos sólidos)lixo domiciliar e comercial da área urbana, até a usina de triagem e compostagem de lixo, no aterro sanitário do Município na Fazenda Bom Sucesso localizada a aproximadamente 5,7 km do centro urbano, sendo acessada a partir da estrada para Serra do Salitre.

RECORRENTE: HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÕES EIRELE

I – DAS PRELIMINARES

Recurso Administrativo interposto, intempestivamente, pela empresa Horizontes Empreendimentos em Construções EIRELI, devidamente qualificada na peça inicial, com fundamento na Lei 10.520/02 especificamente no artigo 14, inciso XVIII, que seja:

" (...)

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

(...)"

Considerando que o recurso interposto pela empresa foi apresentado, apenas no dia 09 de abril de 2019, 5 (cinco) dias após o fim da sessão pública.

II – DAS FORMALIDADES LEGAIS

Registra-se que não foram cientificados os demais licitantes da existência e trâmite de recurso administrativo interposto pela empresa Horizontes Empreendimentos em Construções EIRELI, tendo em vista que o presente não foi conhecido como recurso pela Pregoeira e equipe de apoio.

Município de Carmo do Paranaíba - MG

Pç. Misael Luiz de Carvalho – 84 ☎ (34) 3851-9812

E-mail: compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br

III – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A Recorrente alega em síntese, que a pregoeira e a equipe de apoio, agiu de forma incorreta ao inabilitar a empresa Horizontes Empreendimentos em Construções EIRELI, pois a apresentação da certidão simplificada é opcional, e sua não apresentação não implica em inabilitação da empresa, requerendo que a empresa seja declarada habilitada e todos os atos posteriores a inabilitação sejam revogados.

IV – DA ANÁLISE

Após reexame baseado nas alegações da Recorrente, expostas no item "IV - DO FATOS DIREITO" da peça recursal, a Comissão passa à análise de fato.


O Recurso apresentado é intempestivo por ter sido apresentado após o prazo legal de 03 (três) dias, como consta no item 11.2 do Edital e na Lei 10.520/02 especificamente no artigo 14, inciso XVIII, o qual trata dos recursos e prazos correspondentes a modalidade de licitação pregão. Ressaltamos que o cabimento do recurso administrativo sujeita-se à presença de determinados pressupostos. Sem esse pressupostos, nem se deve apreciar o mérito da questão. Os pressupostos recursais são requisitos que todo o recurso deve apresentar sob pena de não ser conhecido – vale dizer, não ser efetivada a revisão do ato administrativo impugnado.

Observa-se que o Edital, prevê as condições para que a empresa licitante faça uso dos benefícios constantes da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014, na cláusula do credenciamento, item 7.8, *in verbis*:

7 - DO CREDENCIAMENTO

7.8. Caso a empresa licitante tenha interesse em fazer uso dos benefícios constantes da Lei Complementar nº 123/2006 e Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 que altera a Lei Complementar 123/06, **deverá apresentar, no ato do credenciamento, a Declaração de Condição de Microempresa ou EPP (anexo V) e a Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado Sede da licitante, ou por Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores a data de abertura do Pregão,** demonstrando o enquadramento de microempresa de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa Nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, sob pena de preclusão do direito de reclamar tais benefícios. (g.n)

Dessa forma, a empresa para fazer uso dos benefícios constantes da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014 deverá apresentar, no ato do credenciamento, a Declaração de Condição de Microempresa ou EPP (anexo V), bem como, apresentar a Certidão simplificada emitida nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores a data de abertura do Pregão.



Município de Carmo do Paranaíba - MG

Pç. Misael Luiz de Carvalho – 84 ☎ (34) 3851-9812

E-mail: compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br

A Cláusula 3.6 do Edital estabelece as condições de participação caso não compareça 03 fornecedores licitantes enquadrados como ME/EPP, segue transcrito

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.6 – Caso não compareça 03 fornecedores licitantes enquadrados como ME/EPP a licitação será aberta aos demais concorrentes, conforme prevê no artigo Art. 49 da Lei 123 de 14 de dezembro de 2006:

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: II - não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;”

Assim, caso não sejam credenciados três fornecedores licitantes enquadrados como ME/EPP, a licitação será aberta aos demais concorrentes, nota-se que na presente licitação foram credenciadas três empresas enquadradas como ME ou EPP.

Veja-se que a Lei nº 123/2006 dispõe no art. 47 e art. 49 sobre a concessão do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, seguem abaixo respectivamente:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

Município de Carmo do Paranaíba - MG

Pç. Misael Luiz de Carvalho – 84 ☎ (34) 3851-9812

E-mail: compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Verifica-se que a empresa Horizontes Empreendimentos em Construção – ME apresentou a Certidão simplificada obtida na Junta Comercial com expedição de mais de 60 dias, descumprindo as exigências de credenciamento para enquadramento de ME e EPP, e, portanto, não poderá usufruir dos benefícios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Dessa forma, em estrito cumprimento do edital, a referida empresa não poderá usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que não cumpriu a exigência de prazo validade da Certidão Simplificada prevista na cláusula 7.8 do Edital, apresentando a certidão vencida.

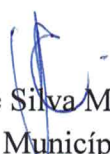
Diante do exposto, constata-se que a empresa Horizontes Empreendimentos em Construção – ME não cumpriu a exigência de credenciamento do Edital para poder usufruir dos benefícios destinados as empresas ME/EPP, ao seu lado, compareceu outros três (03) fornecedores licitantes enquadrados como ME/EPP na referida licitação que cumpriram as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Diante disso, a empresa Horizontes Empreendimentos em Construção – ME foi inabilitada, tendo em vista que o Edital assegura o tratamento diferenciado e favorecido para as empresas credenciadas como microempresas e empresas de pequeno porte, e na presente licitação tem-se três empresas credenciadas como ME/EPP.

IV- DO ENTENDIMENTO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO DNIT/AM/RR

Pelo exposto, consideramos que o Recurso interposto pela empresa Horizontes Empreendimentos em Construção EIRELE não deva ser conhecido, por inexistência dos pressupostos objetivos.

Carmo do Paranaíba, 15 de Abril de 2019


Simeire Silva Moreira Cunha
Pregoeira Oficial do Município de Carmo do Paranaíba